

Diálogo sobre a Conferência Mundial contra o Racismo
Articulação de Mulheres Brasileira (AMB) e
Observatório da Cidadania
19 e 20 de julho de 2001 – Rio de Janeiro
Relatório

Relatora: Rosana Heringer¹

Apresentação.....2

1- Histórico das articulações e atividades preparatórias à CMR, tanto no plano nacional quanto internacional.....3

2- O nexó entre questão racial e questão democrática 10

3- O debate sobre alianças 13

4- A luta contra o racismo como mudança de valores..... 20

5- Propostas, perspectivas e agendas futuras.....22

¹ Pesquisadora da CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação) e da Universidade Candido Mendes.

Apresentação

Este relatório apresenta um panorama geral das discussões que ocorreram durante a reunião **Diálogo sobre a Conferência Mundial contra o Racismo**, promovida pelo Observatório da Cidadania e pela Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), nos dias 19 e 20 de julho de 2001.

A reunião teve como objetivo estabelecer um diálogo entre ativistas de diferentes segmentos, situados num mesmo campo político, atuantes nos processos nacional e internacional preparatórios da Conferência Mundial contra o Racismo.

A motivação para a realização desta reunião teve como ponto de partida a constatação do pouco envolvimento das organizações da sociedade civil em geral no processo preparatório da CMR. Este espaço de articulação foi quase exclusivamente ocupado pelas organizações diretamente ligadas ao movimento negro ou que têm no centro de suas agendas a luta contra o racismo. Observou-se também que as próprias agências de cooperação internacional, com a honrosa exceção da Fundação Ford, também estiveram praticamente ausentes do processo.

Diante deste quadro e, ao mesmo tempo, do grande desafio que representa para a sociedade brasileira a superação do racismo, a Articulação de Mulheres Brasileiras e o Observatório da Cidadania, com o apoio de outras organizações, decidiram convocar esta reunião, com o objetivo de visualizar perspectivas pós-Durban e agendas futuras, em nível nacional e global, onde os diferentes segmentos reunidos neste diálogo poderiam atuar em cooperação e/ou articulação.

A reunião foi marcada por um clima de diálogo e abertura para tratar de temas que dificilmente são discutidos entre os atores e no interior das organizações convidadas. Também estiveram presentes tensões que permitiram perceber que esta iniciativa é uma etapa no longo caminho necessário para que se estabeleçam alianças duradouras e eficazes em torno do ideário anti-racista no Brasil.

O relatório a seguir foi elaborado com a finalidade de registrar o conteúdo do debate, mas também se sistematizar propostas e temas para reflexões futuras no campo da sociedade civil brasileira, no que diz respeito à luta anti-racista.

Esperamos que este relatório contribua para a continuidade deste debate urgente e inadiável, permitindo a construção de alianças duradouras que levem a ações eficazes na luta contra o racismo e as desigualdades raciais no Brasil.

1- Histórico das articulações e atividades preparatórias à CMR, tanto no plano nacional quanto internacional

Uma parte da reunião foi dedicada a uma exposição que ao mesmo tempo oferecesse uma síntese e uma atualização sobre o histórico do processo preparatório da CMR. Procurou-se abordar tanto os principais aspectos relativos à mobilização internacional quanto ao cenário nacional, incorporando as ações desenvolvidas pelos governos, organismos internacionais e pela sociedade civil.

Estas exposições buscaram informar o debate sobre o caminho percorrido até o momento, as conquistas obtidas, a qualidade dos acordos já firmados, apontar problemas e lacunas, de maneira a fazer emergir entre os participantes possíveis estratégias e articulações para enfrentar estas questões em nível nacional e global.

No caso das ONGs brasileiras, em muitos momentos foi lembrado que a participação no processo tem se concentrado nas ONGs e organizações do movimento negro. Mesmo as organizações indígenas, que atuam em áreas diretamente ligadas à temática desta conferência, não estiveram suficientemente envolvidas. Além do movimento negro e, particularmente, da articulação de mulheres negras, foi destacada a participação da Comunidade Ba'hai e da AMB.

Foi também unânime a constatação da grande visibilidade alcançada pelo movimento negro brasileiro no campo internacional, na maioria dos casos ainda maior do que a presença, por exemplo, dos norte-americanos. Juntamente com esta presença articulada do movimento negro brasileiro foi possível dar maior visibilidade à própria realidade do racismo no país, que durante muito tempo foi pouco conhecida e compreendida pelo resto do mundo.

Observou-se também que esta reunião era, na verdade, o primeiro momento em que discutia-se a CMR com outros setores fora do movimento negro. O próprio movimento negro teve dificuldades de se articular, tendo realizado duas reuniões, sem que se chegasse a construir um documento único do movimento negro brasileiro. Assim, chegou-se à Precon Regional, em Santiago, com 8 documentos do movimento negro brasileiro, que se juntaram aos 3 documentos latino-americanos já existentes. Houve um grande esforço de negociação envolvendo os pontos em comum, a fim de que se tirassem os 11 pontos de consenso.

Observou-se que a grande novidade do processo preparatório desta conferência no Brasil e em termos internacionais tem sido o protagonismo dos afro-descendentes. Em Genebra o embaixador Saboya levou um susto com a presença de um grande número de organizações e o diálogo não foi fácil.

Este “efeito surpresa” deve ser aproveitado, a fim de gerar uma maior organização e garantir avanços ou, pelo menos, que não haja retrocessos. O espaço da ONU deve ser ocupado, pois este é o espaço que existe hoje para a grande política, já que os partidos políticos não têm mais esse papel. Deve-se, porém, ir com calma, porque a ONU não é aliada.

Um dos destaques do processo de articulação das ONGs brasileiras para a CMR foi o papel desempenhado pelas organizações de mulheres, que se organizaram na Articulação Nacional de Mulheres Negras. Este trabalho vem se desenvolvendo desde 1988, com a realização do I Encontro Nacional. Intensificou-se em 1999, no II Encontro, no Rio de Janeiro, por iniciativa do Geledes. Em setembro de 2000, houve uma reunião no Rio de Janeiro, com a presença da maioria das organizações de mulheres negras do Brasil e, em novembro de 2000, foi feita uma reunião com apoio do UNIFEM e do Ministério da Justiça, reunindo representantes do movimento de mulheres e também da Rede Saúde.

Em Santiago, a articulação de Mulheres Negras foi a principal delegação, tanto em termos numéricos quanto de apresentação de propostas, citada inclusive por Mary Robinson. Tiveram papel importante na formulação das propostas sobre afro-descendentes e sobre o tema da orientação sexual. A Articulação de Mulheres Negras participou também na reunião de Quito e no Fórum Social Mundial, sendo recentemente convidada a fazer parte da preparação do Fórum Social Mundial 2002.

Também participaram do II Precon em Genebra e da criação da Frente de Africanos e Afrodescendentes. Participaram das conferências estaduais (onde houve) e da conferência Nacional, embora tenham avaliado que esta última deixou muito a dever em termos de formulação de políticas públicas. Participaram também de atividades realizadas pelo CNDM sobre a CMR.

O principal compromisso da Articulação de Mulheres Negras tem sido o de divulgar a conferência em todos os espaços que tiverem acesso, estabelecendo diálogo com vários setores. As participantes têm atuado através de uma divisão de tarefas, para que seja possível estar representada nos diversos espaços de maneira organizada. Suas ações têm sido planejadas em conjunto com a Aliança Latino Americana e também com a Rede de Mulheres Negras da América Latina. Esta atuação está marcada pela necessidade de abrir espaços, quebrando barreiras de vários tipos.

Um outro ator importante no processo preparatório da CMR no Brasil tem sido a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). A definição da AMB em participar do processo da conferência se deu a partir de reunião no Peru, no segundo semestre de 1999, do Fórum de ONGs de mulheres de avaliação de Beijing, preparatória a Beijing+5, quando se definiu que a CMR seria um espaço prioritário.

A AMB definiu a CMR como prioridade em todos os níveis em reunião nacional realizada em 2000. Houve uma reunião nacional em junho de 2000 e debateu-se as prioridades dos 2 anos seguintes,

incluindo-se a CMR como prioridade. Esta decisão teve nas várias mulheres negras que participam dos fóruns estaduais importantes incentivadoras.

As mulheres negras que vêm participando de vários fóruns são as grandes lideranças deste processo na AMB. Foi montado um grupo de trabalho que enfrenta várias dificuldades. A partir da criação da Articulação das Mulheres Negras, a AMB decide atuar diretamente em parceria com a mesma.

Nos processos de Cairo e Beijing os debates entre a AMB e as mulheres negras já vinham se dando. Houve um amadurecimento para todas. Viveu-se o processo coletivamente. Houve uma presença reduzida das mulheres negras e menor ainda dos homens negros nos processos de Copenhague e Viena.

Por outro lado, no Caucus das Mulheres em Genebra, no segundo Prepcon, encontram-se pessoas que já estão no processo internacional há 10 anos, e fica fácil se organizar. O mesmo não acontece com as mulheres negras, indígenas, migrantes etc. O Caucus estava sendo coordenado pela Unifem, que não conseguiu agregar os diferentes grupos. No documento do G21, todas as emendas de Caucus acolhidas foram do Caucus de mulheres. Há uma competência instalada que produz resultados. Espera-se que em Durban a ação articulada das mulheres do “Sul” seja potencializada.

Houve opiniões divergentes sobre o grau de importância dado pelo governo brasileiro a esta conferência. Alguns participantes observaram que o governo não se empenhou muito em relação ao tema. Esta posição teria se refletido na pouca mobilização para o Prepcon regional, além, é claro, do Brasil ter se recusado a sediar esta reunião.

Outros participantes, porém, chamaram atenção para o fato de que, se de início esta era a posição do governo, esta postura foi se modificando a medida em que avançava a preparação da conferência.

“Devemos saber mais como se deu o processo e como conseguimos nos fortalecer. No seminário de especialistas em Santiago, em outubro de 2000, o representante brasileiro (Salgado, da embaixada de Santiago), não tinha o que falar. A delegação brasileira ‘grudou’ nele e tudo que diziam ele repetia. No Prepcon de Santiago não foi mais assim, não fomos tão bem recebidos, pois já não acatavam tudo.

Em Genebra esta relação avançou, reivindicamos uma reunião diária com a delegação brasileira e foi aceito. O Saboya estava presente em quase todas as reuniões. Após a paralisia no II Prepcon, foi feita uma reunião da delegação brasileira com a sociedade civil onde apresentamos nossos pontos. Estamos no mesmo caminho para o III Prepcon. Estamos falando de igual para igual.”

Ainda em julho as ONGs brasileiras terão uma reunião com Saboya para apresentar suas propostas em relação ao documento do G21. Avaliou-se que o Secretário sofreu um desgaste após representar o governo brasileiro na conferência nacional. Ele já deixou claro que não vai apresentar nenhuma proposta de ação afirmativa, já que o governo não tem isso discutido. No plano internacional, a delegação

brasileira em muitos momentos estava “se escondendo” atrás do GRULAC. “A posição do Brasil é morna, não levanta nem sai em defesa de nenhum tema. A delegação oficial brasileira não disse a que veio em relação à situação da África nem em relação a situação da Índia.”

Por outro lado, quem esteve participando do plenário para discussão da Declaração no II Prepcon em Genebra, reconheceu que o representante do Brasil (Pinto da Gama) atuou bastante. Já na plenária para discussão do Plano de Ação, o Saboya presidiu a mesa e o representante brasileiro era inexperiente.

Alguns participantes destacaram que o governo brasileiro valorizou a participação nesta conferência porque este tema fala diretamente de identidade nacional, não apenas dos negros. Não é que o governo tenha ficado repentinamente progressista. Creditou-se esta postura mais ativa do governo ao impacto provocado pela mobilização do movimento negro, um dado novo que teve que ser levado em conta na estratégia oficial. A Conferência Nacional, por exemplo, só aconteceu por pressão do movimento negro, apesar das dificuldades por parte do governo.

Esta visão sobre o papel ativo do governo também manifestou-se na comparação entre o envolvimento do governo na preparação desta conferência em relação às outras conferências do ciclo social da ONU, embora esta avaliação não tenha sido consensual. Os participantes que tiveram oportunidade de estar presentes nos diferentes momentos declararam que no caso da CMR está havendo uma mobilização bem maior do que nas demais, inclusive se for levado em conta o status da delegação brasileira nas diferentes conferências.

No processo preparatório da CMR foram feitas oito conferências organizadas pela Fundação Palmares, que se mobilizou inclusive para garantir os recursos necessários obtidos no Congresso Nacional. Alguns participantes destacaram a atuação de Dulce Pereira como presidente da Fundação Palmares nesta mobilização.

Alguns reconheceram que o governo está construindo posições em negociação com a sociedade e isto vem num processo crescente ao longo das últimas conferências. No processo preparatório para Copenhague houve três seminários considerados pífios. No caso da conferência do Cairo avaliou-se que foi um pouco melhor. Em relação a Beijing foram feitos cinco seminários, muito problemáticos. Desta vez o governo brasileiro chega com posição fechada antes da conferência, tendo negociado com a sociedade civil. Esta é uma diferença positiva. Não é “de graça” que o governo brasileiro faz isso, e esta dinâmica deve ser estendida a outros debates, inclusive ALCA e OMC. Esta também foi a postura do governo brasileiro na seção especial sobre HIV/ AIDS, na qual o governo inclusive divulgou a posição oficial do Brasil por e-mail e nos jornais norte-americanos.

Houve muitas críticas à forma pela qual o governo conduziu o processo de discussão interna em relação à CMR, refletindo também na forma de atuação da sociedade civil. Avaliou-se que as ONGs

entraram muito despreparadas, deixando-se levar pelo despreparo do governo. Na primeira conferencia temática, por exemplo, referente à saúde da população negra, todo tipo de proposta era apresentada e votada isoladamente, sem discussão. Na Conferencia de Educação, realizada na UERJ, no Rio de Janeiro, foi o mesmo processo, pouco se procurou esclarecer sobre qual era o sentido daquela conferencia. Nem mesmo o representante da Fundação Palmares sabia o sentido daquilo tudo. O mesmo ocorreu na conferencia nacional. Não se sabia nem mesmo a pauta. Duas mil pessoas vieram e as ONGs tiveram uma parcela de responsabilidade no fato de não ter se tirado nenhum compromisso concreto da Conferência Nacional.

Vários participantes destacaram como um dos grandes ganhos deste processo preparatório a oportunidade de articulação dos afrodescendentes latino-americanos, através da Aliança Afro-Latino-Caribenha. Esta articulação possibilitou o fortalecimento das demandas deste grupo perante os governos da região e também permitiu potencializar sua atuação junto às demais articulações de afrodescendentes da Europa, EUA e também junto aos africanos.

Culminando na iniciativa de organização de uma Mesa Afro-Indígena, em Durban, houve também uma articulação importante entre afrodescendentes e indígenas, fruto de uma reunião feita em Arica, Chile.

A Aliança Estratégica Afro-Latina se articula a partir do momento em que o Brasil não sedia o Precon regional. Destacou-se a importância de Ter se construído alianças com o movimento negro dos demais países latino-americanos, inclusive do Paraguai, onde tem 600 mil negros apenas. A Aliança Afro-Latina se reuniu em Caracas antes do II Precon e definiu-se que, naquele momento, deveriam ser afirmados os pontos definidos em Santiago.

“Com base no documento de Santiago, fomos para Genebra, dialogamos com as organizações africanas, estados africanos, afrodescendentes europeus e afro-americanos e conseguimos fechar 11 pontos de consenso”.

Os 11 pontos:

1. Políticas públicas: saúde, moradia, educação e emprego
2. Políticas de desenvolvimento
3. Mulheres afrodescendentes
4. medidas legais e mecanismos internacionais.
5. Pobreza e Raça
6. Tráfico Transatlântico de Escravos

7. Crime de lesa-humanidade
8. Reparações
9. Orientação sexual
10. Racismo Ambiental
11. Sistema Prisional e acesso à justiça

No momento em que se definiu esta estratégia, não se tinha a visão de que haveria problemas com os afrodescendentes europeus e americanos ou com os africanos (tanto governo quanto ONGs) para passar essa agenda.

Esta é uma síntese da situação que se apresentou durante o II Prepcon, no momento em que a Aliança Afro-Latina buscava negociar os 11 Pontos enumerados acima:

- Europa: posição fechada em relação à reparação; Delegação da Suécia, como porta-voz da UE, não quis receber ONGs para diálogo.
- África: posições variavam. Alguns países mais próximos da Europa não respeitaram o que foi definido em Dakar e vacilavam.
- Oriente Médio fechado na questão dos palestinos, enfrentando EUA, Europa e Israel.
- Nós tínhamos de fato o GRULAC, por isso nossa estratégia será dar visibilidade ao Caucus latino-americano.

Foi definido que o caucus latino-americano será o espaço de pressão sobre os procedimentos da conferência em Durban e o Caucus afro-descendente atuará na defesa destes 11 pontos.

No cenário do II Prepcon, em Genebra, havia uma diversidade de grupos representados, e com alguns deles foi possível estabelecer alianças. Estavam presentes afrodescendentes norte-americanos que, embora preparados, estavam pouco atuantes; ciganos; ONGs africanas (poucas); dalits (intocáveis da Índia); indígenas da América Latina, poucos do Brasil; mulheres; migrantes; jovens; homossexuais; palestinos e judeus; representantes religiosos.

Existem alguns grupos no plano internacional que no entanto não estão abertos para o diálogo. Deve-se observar também que muitos destes grupos antes estavam diluídos e agora é que estão tendo a oportunidade de se manifestar e articular. Foi necessário construir diálogo com outros atores como africanos e indígenas.

Também foi importante constatar a emergência da identidade latino-americana, paralela a identidade afrodescendente. Esta, no entanto, foi a mais importante. Foi possível perceber a diversidade (cultural, religiosa etc.) existente entre os afrodescendentes.

Alguns participantes da reunião preocuparam-se em analisar qual o significado desta conferência – e da posição do governo brasileiro em relação a ela – tendo como pano de fundo outros aspectos relacionados à geo-política global e aos diferentes interesses dos países. Apontou-se então a necessidade de compreender porque o governo brasileiro convocou esta conferência, qual é esta estratégia, para não termos uma postura ingênua. “Não podemos ir às cegas, no oba-oba. Se não entendermos o que está se passando, não poderemos participar como adultos neste processo. (...) Não sou economicista, eu acho que as relações de poder entre os Estados é uma questão fundamental de política internacional”.

Observou-se que, meses depois embora meses da reunião de chefes de Estado das Américas realizada no Brasil, na qual declararam que no continente não havia o problema racial, aprovou-se em Santiago um documento completamente diferente, que reconhece que o continente é fundado no racismo e no colonialismo.

O consenso já não foi pleno quando discutiram-se as expectativas em relação aos resultados da conferência. Alguns participantes acreditam que é possível se chegar a consensos, embora não haja certezas sobre isso. No momento em que a reunião foi realizada, existiam ainda muitos parágrafos cruciais que não haviam sido sequer discutidos. De qualquer forma, como foi afirmado, é necessário que as ONGs façam sua parte e atuem dentro das possibilidades. Não há garantias de que será possível aprovar um documento oficial na África do Sul.

O documento G21 tem 269 parágrafos, 11 aprovados, 6 em discussão. O resto não foi lido, não tem nem colchetes. Será preciso em Genebra um enorme esforço de articulação, que reúna TODOS os setores, para salvar o que foi aprovado e aprovar nossas propostas. Será preciso converter nossas diferenças para avançar temas de interesse comum.

De uma forma geral, as lideranças que encontram-se mais diretamente envolvidas no processo preparatório reconhecem que, antes mesmo das conquistas que possam ser obtidas como resultado da conferência, as organizações de afrodescendentes do Brasil e da América Latina já saem vitoriosas deste processo. Já é uma vitória em si a capacidade de articulação demonstrada pelo movimento anti-racista no mundo.

Conseguimos um nível de consenso no plano internacional que ainda não se conseguiu no plano nacional. Nos reunimos em espaços internacionais e nas conferências regionais convocadas pelo governo. Avaliou-se também que, apesar dos avanços no plano internacional, é fundamental que as organizações da sociedade civil brasileira definam quais ações e estratégias serão tomadas a partir daqui.

2- O nexu entre questão racial e questão democrática

Um dos temas que ganhou maior relevância ao longo dos dois dias de discussão diz respeito à necessidade da sociedade brasileira como um todo tomar a questão racial como um elemento central na construção de um país efetivamente democrático. Trata-se de um desafio colocado para os diferentes setores que elaboram e debatem projetos de transformação da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, reconhecer este desafio significa responder de forma consistente à declaração recente do Embaixador Gilberto Saboya, ao afirmar que “o Brasil não reivindica mudanças nas relações raciais”.

O ponto de partida para responder a esta declaração é o reconhecimento da questão racial como problema estrutural da sociedade brasileira sendo, portanto, não um “problema dos negros”, mas de toda a sociedade. Apontou-se que esta reunião já seria um momento de se elaborar esta resposta, inclusive percebendo-se que ali já havia um espaço de confiança que indicava avanços no debate, pois não se estava falando “você negros”, mas sim discutindo-se coletivamente. Afirmou-se que, neste grupo, existe suficiente consenso e compromisso ético em torno da questão democrática, onde, portanto, a questão racial não pode estar ausente.

Vários participantes chamaram a atenção para uma espécie de “silêncio ilustrado” em que a sociedade vive hoje com relação à questão racial. São produzidos vários diagnósticos, existe um conhecimento da extensão das desigualdades, mas esta “overdose de dados” parece não ser suficiente para levar a definição de políticas. Existe convergência entre os temas da desigualdade, da pobreza e do racismo no plano do diagnóstico apenas.

É necessário, portanto, retomar o debate sobre mobilidade e estrutura da desigualdade no Brasil, demonstrando que a questão racial e a de gênero organizam a forma como a desigualdade se instala no Brasil, em todos os campos, construindo-se em todos os níveis um consenso de que as desigualdades de raça e gênero são estruturantes da sociedade brasileira.

É preciso atuar no sentido da radicalização democrática a partir de uma perspectiva anti-racista. Em nenhum lugar do mundo a luta pela mudança das relações se deu sem a solidariedade de outros setores. Surpreendentemente, no Brasil da democracia racial, há uma grande indiferença, que precisa ser enfrentada.

A esquerda brasileira foi particularmente criticada pela pouca atenção historicamente dada por este setor à questão racial. Foi apontado, por exemplo, que a esquerda não se manifesta publicamente sobre o tema, enquanto a direita o faz (veja-se os artigos de Ricupero e Marco Maciel, entre outros). Observou-se que talvez a esquerda não se manifeste por medo de ganhar as eleições e ter que assumir o

compromisso com estas mudanças. No plano das políticas, a esquerda acaba fazendo o mesmo que a direita faz: cria uma coordenadoria, arranja uns empregos para um grupo e só.

Ainda em relação à esquerda, observou-se, por exemplo, que César Benjamin, no livro *A Opção Brasileira*, começa de uma premissa errada, de que não há racismo no Brasil.

Também foi destacado que algumas análises da esquerda dão a impressão de que este grupo já chegou “ao teto” em termos das demandas por transformação da realidade, não havendo mais o que reivindicar. Nos temas que estão sendo abordados aqui, como as desigualdades raciais e de gênero, pode estar a brecha para “furar o teto” e avançar em termos de mudanças. Esta visão da esquerda é limitada. Para as mulheres negras, por exemplo, as mudanças históricas recentes, a queda do muro, não levaram a nenhuma mudança. Agora é que a brecha se abriu. Esta realidade de 500 anos esteve de fora de todas as outras conferências. Na verdade, existe de fato uma inversão. É um paradigma que está sendo questionado e nesse momento é que pode estar a brecha. Não é a toa que o “império” grita. “Esquerda, não se perca, porque é aqui que se reconstrói o que o Muro de Berlim soterrou....”

Tanto para a esquerda quanto para as ONGs brasileiras está colocado um dilema ético. Estamos diante de uma situação de crueldade que atinge metade da população brasileira. Este mesmo dilema está colocado também para o governo brasileiro. Pode um governo sério prescindir do potencial criativo, do potencial de contribuição de metade da sua população? É possível um país se desenvolver em plenitude quando metade de sua população não tem acesso à cidadania? Estamos nos referindo a uma situação de crueldade que é vivida por metade das mulheres brasileiras, metade da população brasileira.

Analisou-se que, quando se implementa um plano econômico, com cortes nos gastos sociais, são os negros que mais morrem. Todas as análises macro-econômicas realizadas sobre a América Latina desconsideram os negros. Existem 150 milhões de latino-americanos que são gente, são negros e morrem quando um plano econômico é adotado. É preciso querer ver. Os afrodescendentes sempre foram excluídos das propostas macro e pagam a conta das políticas de ajuste.

“O que está em jogo? Não vamos mais ‘morrer barato’. Vamos dividir a conta. Isso é democracia nesse momento. Nós negros não chegamos aqui vindos de Marte!”

Em termos de estratégia política, o desafio é construir hegemonia da questão racial na sociedade brasileira. Apesar do consenso sobre o caráter desigual da sociedade brasileira, este tema não ganha centralidade na agenda política. Na sociedade brasileira prevalece uma espécie de mentalidade de Casa Grande & Senzala, que faz com que não se perceba a desigualdade racial.

Se um governo sério não pode descartar 50% de sua população, então na América Latina não existe governo sério, pois estes governos estão dispostos a descartar 50% ou mais da sua população em nome da ditadura anti-democrática do mercado. Veja-se o caso da Argentina, com sua população de

maioria branca. Para dar centralidade a questão racial na sociedade brasileira, é necessário que o movimento negro e todos envolvidos nesta luta tenham uma posição hegemônica, fazendo ver que suas bandeiras são universais. Neste sentido, o movimento negro não pode ficar restrito a sua política de construção de identidade. Tem que buscar ser hegemônico na definição de um novo projeto político.

Para alguns participantes, o desafio colocado é bem mais complicado, pois a sociedade brasileira se construiu como um “moinho satânico”, uma máquina de triturar gente para produzir lucros e continua reproduzindo este modelo há 5 séculos. Esta análise, leva, portanto, a necessidade de considerar os dilemas mais estruturais da sociedade.

Houve de uma forma geral relativo apoio à adoção de políticas de ação afirmativa, mas foi destacado que o debate sobre a questão racial não se esgota aí, pois estas políticas não dão conta da grande massa negra excluída. Para abranger este contingente da população, é necessário trabalhar com o recorte racial dentro das políticas universalistas. Deveríamos propor que toda e qualquer política universalista a ser desenvolvida no Brasil deve ter na sua definição, no seu âmago, no seu desenho, no seu centro, na sua formatação, na sua implementação e no seu monitoramento a erradicação da desigualdade racial. Esta demanda vem do reconhecimento de que o racismo opera como elemento discricionário nas possibilidades de mobilidade social da população negra. O IDH calculado por diferentes grupos raciais mostrou que existem dois países apartados racialmente.

Um outro tema abordado diz respeito ao debate permanente entre identidade e equidade. Foi apontado que o tema da identidade tem um lado conceitual que ganha cada vez maior importância no mundo inteiro. Para que as agendas se firmem, a política do reconhecimento é fundamental. É preciso combina-la com uma agenda de uma política de justiça, equidade e redistribuição. Há um lado perverso das políticas de identidade, um isolamento, impedindo a aliança, que é de afinidade e a conferência nos permite um espaço para avançar nesta direção. Devemos trazer para o debate a questão da orientação sexual, um dos temas explosivos em termos internacionais.

Muitos participantes dedicaram-se a analisar o alcance das conferências da ONU. Apontou-se que o Observatório da Cidadania já vem questionando o significado destas conferências. Para alguns predomina um ceticismo em relação ao impacto das mesmas: “Considero que precisamos nos dar um choque de realidade em relação ao que é possível esperar de tudo isso”.

Apontou-se a dificuldade de acreditar na eficácia de uma sociedade civil universal que tem como arena estas instâncias, quando o sistema internacional de poder encontra-se totalmente cristalizado em estruturas hegemônicas fortíssimas, submetido a um poder imperial sem contrapeso. Por isso, é por vezes difícil reconhecer o que está em jogo em Durban, num momento em que os EUA jogaram no lixo o protocolo de Kioto e em que as políticas públicas universalistas de caráter social na América Latina estão

vetadas pelo capital financeiro internacional. A Argentina está cortando salário de aposentados. Estamos diante de uma ditadura da acumulação financeira sobre todos os países do Sul e também vemos o agravamento das desigualdades no Norte. Apontou-se dificuldades em ver como isto pode se relacionar com os países do Norte reconhecerem que a escravidão e o colonialismo estão na base da pobreza, com reparações.... Observou-se que não se trata de acreditar ou não nestes espaços, mas sim de participar dos mesmos com uma visão crítica do que representam, sem ilusões.

Contra-argumentando, outros participantes afirmaram que, após a queda do muro, as conferências da ONU passaram a ser o espaço de formulação de políticas públicas mundiais. A ONU é uma arena de agenda pública global onde é importante intervir, por isso é tão importante a articulação nacional para esta conferência. Além disso, apontou-se também que esta agenda que é aparentemente de caráter exclusivamente econômico termina por ser objeto de disputa em outros fóruns, tais como a conferência de Durban, por exemplo.

Finalmente, foi apontado por vários participantes uma preocupação com o excessivo economicismo presente na concepção do Fórum Social Mundial. Alguns afirmaram que o FSM já nasce velho, dada a ausência de perspectiva de gênero e raça. Os participantes que estão mais diretamente envolvidos na preparação do Fórum afirmaram que a Coordenação do FSM tem tido a preocupação de superar este viés economicista, com a perspectiva de fortalece-lo como uma esfera pública internacional.

3- O debate sobre alianças

Este foi um dos debates centrais da reunião. Houve muitos posicionamentos, de diferentes matizes, sobre as possibilidades, limites e condições de concretização de alianças entre diferentes setores da luta anti-racista no Brasil.

Uma grande parte do debate foi tomada por relator de omissão, desconfiança e inércia por parte das ONGs “brancas” em relação às ONGs “negras”. As primeiras foram acusadas de ser vacilantes, de atuar de maneira parcial, pontual, ou de serem simplesmente omissas. Houve uma percepção por parte de alguns participantes de que todos os brancos se beneficiam desta estrutura racista, o que é demonstrado pelos dados disponíveis. “Estamos entre brancos aliados e devemos ‘pegar leve’, mas Hasenbalg já dizia que o racismo no Brasil o racismo beneficia todos os brancos, ricos e pobres, portanto devemos refletir sobre até que ponto é possível ter brancos aliados”. Há setores do movimento negro, por exemplo, que acham que essa articulação que se faz aqui é “pelega”.

“Como estabelecer uma relação de aliança que não sejam apenas pontuais? Os nossos aliados não respeitam nossas aspirações e reivindicações. Devem respeitar mesmo quando não concordem com elas, pois somos nós que sentimos. O que acontece é que os aliados sentem-se no direito de desqualificar nossas demandas. Quando fazem isso é porque estas demandas ferem privilégios. Esta aliança exige mudança cultural. Quem diz o que sentimos e demandamos somos nós. Ser aliado não dá direito de desqualificar o que demandamos. Fazem isso porque estas demandas ferem privilégios. (...) Quando fizemos debate sobre esterilização no Brasil, todas as feministas se sentiram no direito de dizer qual era a verdade. Tudo o que as mulheres negras falavam estava errado e era equivocado”.

Foi apontado que é preciso construir uma frente anti-racista, e quem deve estar a frente é o movimento negro, embora isso incomode as instituições brancas, pois paira uma desconfiança em relação aos negros. Deve-se construir compromissos de forma que o movimento negro não fique sozinho.

Ao mesmo tempo, foi colocada a demanda de que os aliados respeitem as reivindicações do movimento negro, mesmo quando não concordam com elas, reconhecendo o movimento negro como principal ator do processo. Foi apontado que, muitas vezes, “o movimento negro muitas vezes ainda se sente “roubado” quando outros setores tentam se incorporar a esta luta”.

As organizações de mulheres não ficaram de fora destas críticas: Não há uma ONG feminista no Brasil que autodenomine anti-racista. Se as organizações de mulheres tivessem se envolvido no debate, não teria sido necessário as mulheres negras se organizarem. Afirmou-se que não há motivos para que o movimento negro confie nas ONGs feministas no Brasil, pois não há uma ONG feminista que se auto-denomine anti-racista.

“Nossos aliados nos dizem que estamos sendo muito radicais; querem escolher as nossas armas. É impossível lutar contra o racismo sem desagradar o racista. Foi preciso uma luta grande para que o CNDM se envolvesse no processo da CMR. Isso apesar da Rede Saúde estar envolvida desde o início. A Rede fez um documento sobre saúde da mulher negra; fizemos a revista temática sobre saúde na mulher negra que está sendo traduzida para o inglês. Esta mobilização não fez com que as ONGs feministas se envolvessem no processo da CMR. Não há nenhum motivo para sentirmos confiança nas ONGs feministas no Brasil”.

Também a ABONG foi alvo de críticas, na medida em que possui entre suas filiadas organizações do movimento negro e outras que lutam contra o racismo, mas, no que diz respeito à preparação da CMR, ficou fora do processo. “A ABONG deve receber uma censura pública por causa disso”. As ONGs “brancas” precisam fazer uma auto-crítica por estar chegando apenas agora a este debate. Estas ONGs têm que ser capazes de trair o racismo presente na sua atuação, e avançar em novas análises e propostas. Os quadros intelectuais da ABONG tem que escrever artigos e se manifestar sobre a questão racial, pois

reforça publicamente o tema. “Nunca vi o Betinho, por exemplo, escrever um artigo falando sobre as desigualdades raciais, cruzando pobreza, desenvolvimento e raça”. Nesta questão não dá para tangenciar o assunto. As ONGs podem escolher o caminho da solidariedade (apoio) ou de incorporar de fato a perspectiva anti-racista.

Outros participantes fizeram questão de se contrapor a esta perspectiva, afirmando que a questão racial não é um tema exclusivo do movimento negro e que, quando se adota esta postura, leva-se a uma “auto-contenção” das ONGs não específicas, dificultando a construção de solidariedade, que é fundamental, se tomamos como exemplo a luta de outros setores específicos como o MST, por exemplo. Fica a pergunta: quem tem a fala autorizada sobre questão racial no Brasil? Afirmou-se que, sobre a questão de gênero e a questão racial todos os setores da sociedade brasileira devem se manifestar. Isto não faz concorrência com a fala dos atores específicos que priorizam estas temáticas. Não são apenas estes atores que podem falar destas questões. Entretanto, em contraposição a este questionamento, permanece a afirmação de Steve Biko, lembrada por um participante: “Estamos por nossa própria conta...”.

No que diz respeito a atuação anti-racista do movimento de mulheres, muitos concordaram que não se pode dizer que as ONGs de mulheres tenham pautado a questão racial nos seus trabalhos. O endosso a reivindicações anti-racistas não significou a priorização das relações raciais, o que acontece também em função do fato de que as relações raciais no Brasil até pouco tempo não eram “um tema”. Foi apontado que, através de diálogos como esses, poderíamos incorporar mais a temática das relações raciais nas nossas análises. Além disso, destacou-se que o protagonismo das mulheres do movimento negro é fundamental para influenciar dentro do movimento de mulheres.

No que diz respeito ao CFEMEA, afirmou-se que a instituição está envolvida no processo da CMR desde o início. Na sua atuação junto ao parlamento, até pouco tempo acompanhava os projetos de lei sobre questão racial, deixando de fazê-lo quando surgiu o Irohin, em Brasília. Estabeleceu no seu planejamento que questão racial é prioritária.

Afirmou-se que não dá para generalizar postura do movimento feminista e das ONGs de mulheres, destacando-se a atuação do Transas do Corpo, da Themis e da Cepia neste campo. Também os espaços que têm sido abertos na AMB, na Rede Saúde e no Observatório da Cidadania vão trazer resultados a médio prazo.

A AMB se articula no processo de preparação de Beijing (1995). Foram criados fóruns em todo o Brasil e, dado o processo anterior das mulheres negras, a AMB já busca crescer incorporando o tema na sua organização. Havia desde então a preocupação em ter um número expressivo de mulheres negras na liderança. Esta mobilização política da AMB levou à alocação de recursos também, o que ocorreu na realização do dossiê, que foi um trabalho conjunto entre mulheres negras e não negras. Todo este

processo já tem marcas dentro da AMB. Um passo importante será a presença deste tema na Conferência Nacional de Mulheres, que ocorrerá no ano que vem. Já temos clareza de que o racismo será um tema central da conferência. Em novembro ocorrerá o encontro nacional da AMB e o tema do racismo já está agendado como central no encontro. Embora não haja ainda dentro do movimento feminista um compromisso com a questão racial, há sim uma tensão que vem sendo colocada há pelo menos 15 anos pelas mulheres negras.

A Rede Saúde criou entre 1996 e 1998 uma assessoria para assuntos da mulher negra, coordenada por Fátima Oliveira. A direção da rede priorizou o tema, mas as organizações membros não perceberam a importância do tema. Na época se ressentiam de ter poucas mulheres negras na Rede, mesmo no regional. Priorizou-se a produção de materiais específicos para trabalhar com o tema, que resultou na publicação Oficina de Mulher Negra e Saúde. Este material é muito solicitado e utilizado nos regionais. Esta assessoria publicou também o número especial da revista da Rede Saúde sobre saúde da mulher negra, porém sem recursos extras.

Ao mesmo tempo, houve também uma preocupação por parte de lideranças do movimento negro no sentido de as ONGs não negras assumam a questão racial também em termos de mudança de cultura interna. É importante perceber que já se o argumento do déficit cultural das ONGs em relação às mulheres no início dos anos 80. Além disso, as ONGs em relação a outros temas se colocam numa posição de “vanguarda”. Outros apontaram a necessidade de que se reflita sobre a generalização do perfil do aliado, o qual aparece, muitas vezes, de forma caricata.

Também teve destaque neste debate a necessidade de se considerar a luta pela afirmação da identidade, mas sempre tendo como perspectiva os fatores associados às lutas de caráter mais geral. Este é um debate necessário, pois o movimento negro, assim como o movimento de mulheres, deve ser capaz de dialogar com o poder sem ser a partir do lugar da exclusão. As políticas de identidade podem levar à perversão do isolamento, que é o fundamento dos movimentos sociais. Nos agrupamos sob a égide da exclusão, já que é a intolerância em relação ao racismo que funda o movimento negro.

Nos encontramos agora no momento de negociação: como se reafirma uma identidade sem ser a partir da exclusão? Como a gente se congrega e avança socialmente sem perder o que nos define? Há uma melancolia profunda. E esse é um momento paradoxal da maior importância. A exclusão não acaba aí, mas estamos sendo chamados a ocupar espaços.

Nesta mesma linha, foi apontado que corremos o risco do essencialismo, que deteriora a possibilidade de solidariedade. Há a possibilidade de que através de uma definição totalizante de nós mesmos se oculte a diversidade; e, fazendo isso, exclui-se a possibilidade de solidariedade com os outros.

Este debate leva-nos diretamente a fazer uma viagem pela história do movimento feminista na sua luta por identidade. A pauta feminista tinha algo de “maldita”, pintada desta forma pela imprensa. Ser feminista era ser divisionista. Éramos homogêneas e essencialistas. O movimento feminista tinha o fascínio do ideal de fraternidade, em contraponto aos homens. Fomos chamadas de radicais, por não permitir homens nas reuniões. Os homens muitas vezes chegavam e queriam nos “ensinar” e “orientar”. Nos deram muitos conselhos que felizmente não seguimos. Esta fase foi seguida por outra em que passamos a nos autodenominar movimento de mulheres, por tratar-se de um movimento mais amplo. Nesta fase deixamos de nos ver como homogêneas, pois constatou-se então que não havia *a* mulher brasileira.

Os médicos também foram um “outro” com os quais tivemos que dialogar em termos de direitos reprodutivos. Retrospectivamente, a aliança com profissionais de saúde foi positiva, produzindo impacto nos dois campos. Caminhou-se então para uma crescente profissionalização do movimento, com o surgimento de ONGs e de uma militância remunerada, levando a uma especialização das temáticas, das quais violência e saúde são as áreas que mais avançaram. O ciclo das conferências da ONU teve como consequência para o movimento de mulheres de um lado um esgotamento, mas, de outro, uma maior independência em relação ao Estado. Também foi importante a criação das redes para potencializar as ações. Caminhamos no sentido do diálogo com o “outro”.

Um outro depoimento buscou ilustrar como é possível articular a militância feminista com uma perspectiva anti-racista, em diferentes dimensões. Uma participante afirmou que faz parte de uma ONG feminista desde a fundação, há 14 anos. Foi a partir do feminismo que se identificou como negra. Nesse tempo tem trabalhado internamente para incorporar a questão na ONG. Trabalhar esse processo institucional foi uma forma de trabalhar para dentro de si mesma. Passou a atuar na articulação política, ajudando a criar um Fórum para o qual fez questão que o movimento negro participasse. Destacou que o tema dos direitos sexuais e reprodutivos é um tema difícil para o movimento negro. “A igualdade também tem suas diferenças. Existe uma cobrança: como você é feminista e trabalha com racismo?”

A questão que parece se colocar hoje é como a sociedade absorve as questões colocadas pelo movimento? Algumas coisas que o movimento de mulheres pautou foram incorporadas pela maioria das mulheres. Da mesma forma a ação do movimento negro permitiu a quebra da idéia da democracia racial.

Um dos pontos importantes levantados neste debate sobre alianças foi a necessidade de estabelecer uma agenda com pontos em comum, a fim de estabelecer uma estratégia comum para o momento pós-Durban. Devemos Ter como objetivo definir uma agenda a partir daqui. Além da agenda de Durban, precisamos amadurecer estas questões para avançar nesta agenda.

Alguns participantes destacaram que as organizações negras, principalmente as de mulheres negras, hoje já são sujeitos e já disseram ao que vieram. Estão aqui para atuar junto. “Sabemos a importância dos aliados e estamos aqui para atuar juntos, embora se saiba que a convivência nos diversos setores não é fácil”.

Além das críticas formuladas mutuamente entre as ONGs “negras” e “não específicas”, foram também apontados no debate outros fatores que contribuem para dificultar as possibilidades de ação conjunta contra o racismo por parte destas organizações.

Foi apontado que é preciso levar em conta a postura da cooperação internacional, que está sensibilizada para questão de gênero, mas não tanto para questão racial. A cooperação está mais disposta a financiar organizações negras a trabalhar com tema, mas não as outras organizações. Embora tenhamos flexibilidade para aplicar os recursos, enfrentamos este problema. Por mais que a gente diga que este diálogo é novo e importante, ainda há coisas complicadas, principalmente no espaço de poder e de recursos. Existe uma relação perversa neste campo, entre homens e mulheres, negros e não negros etc. Para que se produza algo importante em um tema, é preciso um financiamento, um projeto, um recurso específico para a atividade (Ex: o IDH por raça feito pela Fase).

Foi destacado que é óbvio que não dá pra dizer que todas as organizações de mulheres assumiram e incluem a luta anti-racista na sua agenda como prioridade. Entretanto, no que diz respeito à AMB, é importante observar que 90% do tempo da Guacira na secretaria executiva seja tomado por este tema. Para as organizações de mulheres que trabalham numa perspectiva anti-racista, é muito complicado estar agindo e ouvir nos corredores que sua motivação é a ocupação de espaços, que sua motivação não é política ou, pior, que está se movendo para estar na divisão do bolo dos recursos da cooperação internacional no momento da conferência. A disputa por recursos é “o campo da nossa perversidade”. Por isso, para que sejam construídas alianças, é necessário construir um código de ética comum, tanto no campo feminista quanto nos demais campos. Também é difícil ouvir, por exemplo, que “você não negra estão agindo, mas não estão interessadas no empoderamento das mulheres negras, pois vocês estarão a frente dos projetos”. Estas questões não devem estar de fora da nossa conversa, devem ser amadurecidas.

Um dos participantes apontou a persistência de preconceitos e uma atitude discriminatória por parte de militantes de partidos de esquerda: “Quando fui candidato a vice-prefeito, havia as seguintes desconfianças: que as contas da minha organização não estivessem em dia; que eu fosse traficante, por morar na Mangueira; que eu fosse do candomblé. Como seria se eu fosse para a televisão? Estes preconceitos dos brancos de esquerda vão para os partidos e para as organizações.

Houve também quem apontasse que, quando se está num campo democrático, esta uma crença generalizada de que as pessoas não são racistas, sexistas etc., o que não corresponde à realidade. No

movimento de mulheres esta dificuldade ainda está presente. O percurso do movimento feminista demonstra com mais força porque a AMB tem na sua agenda política a CMR como um tema principal. Esta definição de agenda tem a ver com a quilometragem deste diálogo e enfrentamento. No âmbito da AMB, quando encontramos uma instituição que não incorpora em suas análises a perspectiva de raça, esta postura é cobrada e a instituição deve responder perante as mulheres negras.

Foi lembrado que, embora tenha se afirmado por várias vezes ao longo da discussão que a questão aqui abordada é difícil, esta situação não é diferente daquela vivida por quem trabalha há anos em ONGs mistas com a questão de gênero. Portanto, é importante abrir nossas instituições e chamar quem sabe fazer. É uma decisão política. É preciso assumir uma outra postura institucional. Muitas vezes não é necessário “incluir” nada novo na agenda de trabalho das organizações, mas sim fazer emergir esta dimensão no trabalho que já é feito. É possível fazer mais do que ser solidário. Deve ser feito um investimento para isso.

Um outro ponto levantado diz respeito à segmentação vivenciada pelas ONGs de mulheres, o que coloca limites reais à atuação das mesmas no campo das relações raciais. “É comum ver alguém fluente na área de violência e direitos humanos e não sabe falar nada de meio ambiente, por exemplo”. Isto não significa que não se busque uma maior integração entre as estas agendas, através de redes. É preciso compartilhar espaços de análise que permitam integrar as atividades realizadas.

Foi ressaltada a necessidade das organizações adotarem uma perspectiva anti-racista, em todas as dimensões do seu trabalho, embora nem sempre seja fácil definir o que essa perspectiva anti-racista significa. Sugere que as instituições organizadoras façam esta discussão internamente, procurando adotar esta perspectiva no cotidiano. A perspectiva anti-racista envolve idéias e práticas. Além disso, a solidariedade é insuficiente para enfrentar o racismo.

Alguns afirmaram que só é possível dar centralidade a luta anti-racista numa instituição se este tema for adotado de forma transversal. Isto significa que seria insuficiente ter a questão racial como um tema, um “projecinho”, que estaria vinculado a existência de recursos limitados. Não é que estes projetos não devam ser feitos, mas é preciso reconhecer que são insuficientes.

Por outro lado, destacou-se também que esta polêmica entre transversalidade e projeto específico é um longo debate nas ONGs. Apontou-se a dificuldade de operacionalizar a transversalidade, porque esta pode facilmente diluir-se no vácuo. O desafio consiste justamente em combinar a necessidade de atuar no combate ao racismo procurando incorporar o debate nas instituições não específicas; mulheres foram eficazes em incluir seu tema na agenda em várias áreas (ONGs, sindicatos, parlamento etc.). Também temos uma tarefa de educação da esquerda, sensibilizando estes setores para o tema das relações raciais, que está cada vez mais visível. Outros afirmaram sentir-se incomodados por esta polarização entre

projeto específico ou não. Não seria nem uma coisa nem outra, mas sim a necessidade de encarar o racismo como tema estruturante das relações e da desigualdade. É preciso falar do racismo e das consequências deste para a desigualdade.

4- A luta contra o racismo como mudança de valores

Foi recorrente entre os participantes a afirmação de que a luta contra o racismo em qualquer lugar do mundo e, particularmente, no Brasil, investe-se de um sentido mais profundo do que a transformação das condições sócio-econômicas em que vivem grupos historicamente discriminados. Na verdade, a luta anti-racista possui um forte conteúdo moral e ético e, em função deste, torna necessária uma mudança que se opera no plano individual e atinge todas as dimensões da vida. Isto se aplica inclusive aos próprios militantes da luta anti-racista, que devem sempre estar atentos às manifestações de racismo no seu cotidiano, buscando transformá-las.

Combater o racismo significa estar atento ao ambiente racista que nos envolve. Da mesma forma que a corrupção, o racismo deve ser combatido a partir de um paradigma ético, pelo conjunto da sociedade.

Esta vigilância ética em relação ao racismo aplica-se também ao machismo, que deve ser enfrentado também dentro do movimento negro. Foi apontado que também o movimento de mulheres tem dificuldade de enfrentar seu lado conservador, que se manifesta através do machismo.

Numa sociedade historicamente baseada em valores europeus, identificou-se que os brancos têm um papel importante neste processo de mudança de valores e atitudes:

“Cada um dos não negros deve se perguntar aquelas velhas perguntas: se meu filho poderia casar com uma negra etc.”

“Cabe aos brancos criar uma definição para branco que não seja associado ao racista. Da mesma forma que os negros criaram para si uma definição nova, não mais associada a feio e fedorento.”

Além disso, observou-se a necessidade de trabalhar primeiro dentro de nós mesmos e, ao mesmo tempo, internamente, no âmbito das organizações. “É preciso que as ONGs ‘brancas’ tenham a coragem de traí o racismo, num plano do imaginário e também concreto.”

Quando se diz que combater o racismo é combater o conservadorismo de cada um, isto dá a dimensão desta tarefa. É preciso ter paciência histórica e intensificar o diálogo em torno dos bloqueios que temos, para poder então construir um discurso hegemônico sobre a questão racial.

Finalmente, foi apontado o caráter desestruturante que o racismo – e também a luta anti-racista – possui. Precisamos reconhecer nossa humanidade através da diferença, sermos capazes de conviver com diferentes racionalidades, reconhecer os diferentes modos de viver e sermos capazes de respeitá-los.

Se todas estas mudanças são tarefas difíceis (aliás, palavra bastante pronunciada ao longo dos dois dias de reunião), lembrou-se oportunamente que, para os movimentos e organizações da sociedade civil, “enfrentar dificuldades é a nossa vocação política.”

Neste item sintetizamos também algumas reflexões que dizem respeito às dificuldades de atuação das ONGs ao constatarmos, por um lado, a persistência do racismo presente no conjunto da sociedade e, por outro, presente dentro das próprias organizações, prejudicando as iniciativas de atuação conjunta.

Observou-se que o problema do Brasil é que as relações se fundaram na perversidade, como está demonstrado em Casa Grande & Senzala, de Gilberto Freyre. Isso faz com que o mundo branco confine o negro a um determinado espaço, um “espaço negro”, com o qual ele tem dificuldade de romper, fazendo com que só possa ser negro e não identificado e reconhecido pela sua profissão ou outras características.

Esta postura dos brancos também se revela em análises, mesmo entre pessoas de esquerda, que afirmam que “o desemprego é grande, não tem emprego nem para nós”, isto é, naturalizando a situação de desemprego dos outros, dos negros, como algo aceitável ou dado. Este discurso é observado tanto no meio empresarial quanto nas ONGs. É uma forma de confinar o negro a um suposto “lugar” que lhe seria próprio.

Também apontou-se que, embora seja necessário e desejável ampliar a presença de negros em posições mais qualificadas no mercado de trabalho, inclusive nas ONGs, ainda se encontra dificuldade em recrutar mulheres e negros para ocupar determinados cargos, o que é sinal do quadro de exclusão existente.

Sobre a questão específica do racismo persistente dentro das ONGs, observou-se que estas não vivem à margem da sociedade brasileira e, portanto, compartilham dos preconceitos existentes. As ONGs acumulam um déficit cultural e por isso não deveríamos nos surpreender tanto com o preconceito presente nas no interior das mesmas.

O movimento de mulheres também é um espaço onde o preconceito racial continua presente, da mesma forma que o movimento homossexual, colocando empecilhos ao estabelecimento de alianças. Foi apontado que isto não se dá por acaso, já que é mais fácil construir a solidariedade entre cerca de três bilhões de mulheres existentes no mundo, é mais difícil cultivar a solidariedade entre os negros, em menor número e mais dispersos.

Permanecem, porém, algumas perguntas. Por que os negros não conseguem fazer uma passeata como os homossexuais? Por que existem negros que assumem a homossexualidade mas odeiam ser

chamados de negros? Muitas contradições não são enfrentadas. Na pirâmide social, mulheres e homossexuais estão presentes tanto entre os pobres quanto nas classes alta e média, o que não ocorre com os negros. Na TV é a mesma coisa. Então esta identificação entre os temas é difícil.

5- Propostas, perspectivas e agendas futuras

Após três sessões intensas de reflexão e debates, a última tarde de reunião foi dedicada à proposição e análise de estratégias futuras de ação. Na verdade, as idéias sobre possíveis estratégias de ação estiveram presentes desde o primeiro momento do debate, e foram surgindo à medida em que discussões avançavam.

Foi consenso entre os participantes a necessidade de que o governo tome medidas imediatas que demonstrem um real compromisso em lutar contra o racismo e as desigualdades raciais no Brasil. É preciso dizer que não houve consenso – e nem mesmo tempo suficiente de discussão – em torno destas propostas. Elas devem ser lidas como indicações que conformam uma pauta a ser aprofundada em futuros desdobramentos desta reunião.

Em seguida apresentamos possíveis caminhos de ação na luta anti-racista no âmbito da sociedade civil. Trata-se aqui tanto das estratégias conjuntas de ação quanto de medidas a serem tomadas por cada organização individualmente, no sentido de comprometer-se internamente com a luta contra o racismo.

O diálogo internacional do governo brasileiro e sua referência internacional como exemplo de diálogo com a sociedade civil não se reflete em políticas internas e esse é um dos principais desafios colocados para as organizações anti-racistas nas suas negociações com o governo brasileiro. Isto diz respeito às posições normalmente progressistas que a diplomacia brasileira adota nas conferências internacionais sobre temas sociais. Esta postura deve ser cobrada para que se reflita em políticas públicas nacionais.

Entretanto, observou-se também que o governo brasileiro não se apresenta de maneira uniforme no cenário internacional quando consideradas as posições sobre temas como o racismo e as desigualdades raciais. Embora no processo preparatório da CMR a delegação brasileira admita que existe racismo no Brasil e afirme que é necessário tomar medidas para combatê-lo, em outros fóruns internacionais representantes do governo brasileiro ainda fazem o discurso da negação do racismo, como ocorreu recentemente em uma declaração do Ministro da Previdência em reunião do BID, que se recusou a pronunciar a palavra negro em todo o seu discurso. Há que se questionar, portanto, qual é de fato a

postura do governo brasileiro, se é a fala do ministro da Previdência ou do Embaixador Gilberto Saboya nos Prepcons.

Se por um lado constatou-se esta postura pusilânime do governo brasileiro, outros participantes observaram que o governo não está parado, e movimenta-se no sentido de construir um discurso em que aponte medidas que supostamente estaria tomando para melhorar a situação dos negros. Foi apontado, por exemplo, que no dia 4 de abril último o Conselho Nacional de Saúde discutiu e deliberou sobre a bolsa-alimentação. E esta política provavelmente vai ser apresentada pelo governo brasileiro nos fóruns internacionais como voltada para a população negra. Por outro lado, embora tenha criado um programa de combate a anemia falciforme, não o colocou em prática, dando um “golpe” nesta iniciativa que é uma demanda do movimento negro.

Avaliou-se que é necessário cobrar do governo medidas específicas e, ao mesmo tempo, o estabelecimento de políticas universalistas com prioridade para população negra. Esta talvez seja a reivindicação mais difícil de ser cumprida pelo governo. Para o Estado brasileiro talvez seja mais fácil fazer políticas de ação afirmativa porque aí a política é focalizada, mais fácil de atuar. Num momento de encolhimento do Estado, uma política direcionada talvez seja mais factível.

Definiu-se que seria necessário cobrar do governo uma medida concreta antes de Durban. Foi apontado que o Estado sinaliza com uma intenção de fazer algo, provavelmente a adoção de medidas no âmbito da educação. Também foi colocada a necessidade de que sejam adotadas reformas que incluam ação afirmativa e mudanças nas regras para licitação para fornecedores do governo, entre outras medidas.

Observou-se que, ao menos no plano da propaganda, o governo não está parado. Coloca cuidadosamente negros em suas propagandas oficiais. Assim não se deve partir da pressuposição de que o governo está indiferente a questão, mas sim procurar entender suas posições e estratégias e posicionar-se a partir daí.

Apresentaremos na forma de itens as principais propostas apresentadas ou discutidas pelos participantes como possíveis formas de enfrentar o racismo e as desigualdades raciais no Brasil.

Políticas de ação afirmativa

As políticas de ação afirmativa foram apontadas por vários participantes como necessárias e inadiáveis, embora não se tenha discutido detalhadamente qual seria o conteúdo das mesmas. Foi também destacada a necessidade de lançar este debate na sociedade, como forma de estimular a discussão sobre o tema e buscar consensos.

Alguns participantes preocuparam-se em apresentar algumas críticas e limitações destas políticas, afirmando que, embora necessárias, são insuficientes, pois promovem a emergência de uma classe média negra, mas não geram solidariedade. Seria, portanto, necessário tentar fazer diferente dos EUA, a fim de não provocar um distanciamento da classe média em relação à maioria da população negra.

Apontou-se também o fato de que nos EUA houve melhoria para a população negra num momento de afluência econômica e hoje já não é assim, nem lá e nem aqui.

Também foi questionado até que ponto a incorporação de mais negros, indígenas e mulheres leva necessariamente a uma maior visibilização da questão racial e de gênero numa determinada instituição? Não adianta ser uma mulher com cabeça de homem e o mesmo ocorre em relação aos afrodescendentes.

Comitê de acompanhamento da CERD/ Secretaria Especial Direitos do Negro

Houve sugestões no sentido de reivindicar do governo a criação de um comitê que acompanhamo do cumprimento da CERD.

Também foi apresentada a proposta de criação de uma Secretaria Especial dos Direitos do Negro, em nível federal, tendo como atribuições a criação de delegacias especializadas; o estabelecimento de cotas para negros no serviço público e a implantação de programas visando combater o racismo na educação. Alguns argumentaram sobre a eficácia da existência de órgão específico voltado para a questão, ao que se contrapôs a existência de um caráter simbólico de uma iniciativa desta natureza.

Manifestações públicas

Alguns participantes defenderam a realização de outras manifestações no estilo da que foi realizada no Shopping Center Rio Sul, por ocasião da Conferência Nacional. Argumentou-se que esta manifestação teve grande impacto e transmitem uma mensagem imediata, de forma eficaz. Para as próximas, seria necessário reunir não só os negros, mas também os brancos. Sugeriu-se que, ao embarcar para a África do Sul, os militantes organizem manifestações nos aeroportos, contra companhias que não contratam negros.

Políticas sociais

Afirmou-se que o foco das políticas a serem propostas deve ser em saúde e educação, pois devem ser medidas que “mexem” com mobilidade social, onde alguém ganha e alguém perde. Isto inclusive

deixaria os negros mais atentos e aumentaria a base social do movimento negro. Estas políticas mais amplas são um contraponto às medidas anti-discriminatórias apenas, as quais “o governo topa, pois não altera o status quo”. É importante medidas públicas que envolvam o circuito completo de educação e trabalho, pois o aumento de escolaridade não garante acesso ao emprego e renda, como ocorre em muitos casos em relação às mulheres.

“Não devemos ter pudor em dizer que queremos mobilidade ascendente sim. As mudanças devem se dar no campo político, no sentido de reformar o Estado brasileiro no sentido de uma maior equidade. O outro plano de luta se dá no campo do imaginário, que não é este necessariamente o fórum para discutir esta questão”.

Frente anti-racista

Em termos estratégicos, vários participantes levantaram a necessidade de superar a fragmentação, levando em conta a questão da construção de hegemonia. Propôs-se formar a partir da reunião uma Frente de Combate ao Racismo, com uma pauta definida a partir do que foi discutido aqui. Esta frente teria como secretaria executiva a AMB, o Observatório e a Articulação de Mulheres Negras.

Vários participantes manifestaram-se um pouco assustados com a idéia de uma frente e afirmaram que é necessário refletir melhor sobre a mesma, inclusive levando a discussão para dentro de suas organizações.

Como as propostas do movimento negro não são hegemônicas na sociedade, foi colocada a necessidade de que o movimento negro não atue apenas a partir da pauta dos setores hegemônicos, mas que busque realizar novas interpretações das transformações ocorridas nas últimas décadas, no período pós-88. É preciso explorar a idéia de uma “neo-democracia racial” vigente na sociedade brasileira.

Aumentar a representação política da população negra

Os negros nunca estiveram no primeiro escalão, criando uma falsa impressão de que não têm capacidade para ocupar estes espaços. Por isso foi colocado que é fundamental trabalhar no sentido de ampliar numérica e qualitativamente a representação política da população negra.

Definição de uma agenda de trabalho comum

Muitos participantes destacaram a necessidade de definir uma agenda comum de trabalho, promovendo a articulação das diferentes organizações presentes à reunião. Definiu-se que não seria possível a princípio construir esta agenda, mas reconheceu-se a necessidade de continuar o diálogo. Devemos nos perguntar: Quais são os pontos prioritários em torno dos quais devemos trabalhar? Como deve se dar uma articulação que resulte numa afinidade entre os diferentes atores? Como congregar novos atores? É preciso definir um eixo central em torno de objetivos de curtíssimo prazo.

Foi colocada a proposta de constituir um grupo de trabalho para pensar os próximos passos desta iniciativa. Também foi sugerida a realização de uma reunião pós-Durban, a fim de avaliar e planejar novas estratégias, principalmente no plano nacional. Também foi apresentada a possibilidade de que o próximo seminário do Observatório da Cidadania tenha como tema central estas questões.

Destacou-se o avanço da articulação dos afro-descendentes como atores internacionais, como algo que deve ser valorizado. Além disso, é preciso internalizar a agenda de Durban em outros aspectos, como orientação sexual, migrações etc.

No plano da agenda, é preciso definir os temas que nos unem, principalmente na agenda interna. Observou-se que conseguimos de maneira geral lidar mais facilmente com o Estado do que com a complexidade da sociedade. Também observou-se que parece que somos melhores nas articulações internacionais do que no plano nacional.

Também foi colocado que a partir desta reunião deve se tirar um compromisso, que tenha como ponto de partida a reflexão dentro das instituições e redes já constituídas. Reafirmou-se a vontade política de fazer algo neste campo por parte das ONGs presentes.

Na perspectiva específica do movimento de mulheres, foi colocada a importância de reafirmar em sua agenda o tema do racismo, juntamente com outras questões chave a serem colocadas para debate na sociedade brasileira. Afirmou-se que “se o movimento feminista enfrentar o racismo e o tema dos direitos sexuais, será uma oportunidade, enquanto sujeitos coletivos, de dar uma contribuição efetiva para melhorar a democracia neste país. Porque democracia continua sendo pensada pelos partidos, sindicatos e também por nós como regime político e democracia é regime de vida. E para ser regime de vida é respeito às diferenças, reconhecimento das diferenças. A democracia não pode ficar focada nas instituições eleitorais apenas.”

Apontou-se também a necessidade de fazer uma maior articulação entre o plano internacional e o nacional. Destacou-se que as organizações anti-racistas devem se desvencilhar do “ritmo alucinante” que o calendário da conferência impôs, podendo ampliar sua análise e sua articulação no momento posterior. Este momento pode ser uma oportunidade de auto-avaliação para o próprio movimento negro. Afirmou-se que o movimento negro tem um corpo de conhecimento não sistematizado que precisa ser resgatado. Este

porque o relatório brasileiro para o banco não falava disso e que as ONGs têm que trabalhar para que isso aconteça. Este relatório fala que “a agenda de redução da pobreza inclui políticas para reduzir as formas mais severas de privação e envolve questões de desigualdade de renda, bens e oportunidades, exclusão social, participação, questões referentes a gênero e populações indígenas.”

É preciso acreditar que falta um trabalho nosso para criar essa percepção. Este texto pode ter sido escrito de forma maquiavélica ou não, e esperamos que não tenha sido.

Além disso, é necessária uma maior articulação com ONGs e redes que estão em Brasília; necessário fazer um trabalho mais direto com o Executivo, pois o legislativo é relativamente mais coberto pelas ONGs.

Seminário “Mídia e Racismo”

Foi apresentada a proposta de realização de um debate sobre mídia e racismo na Universidade Candido Mendes, chamando estudantes de comunicação, partindo-se da constatação de que uma das melhores formas de se avançar no combate ao racismo na sociedade brasileira é um diálogo do movimento negro com diversos setores, inclusive a academia².

Discussão sobre racismo e segurança pública

Foi abordada a necessidade de aprofundar a discussão sobre as implicações do racismo na atuação dos órgãos de administração da justiça e dos agentes de segurança pública. Há pontos cegos no discurso que precisam ser revelados. Apontou-se, por exemplo, a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o fenômeno do “racial profiling” (a polícia parar alguém pelo fato de ser negra), tema que já vem sendo objeto de reflexão e pesquisas nos EUA, onde existem centros de estudo e pesquisa sobre o assunto. Em 1999 o Depto. De Justiça americano fez um longo estudo sobre o assunto e recomendou que haja um registro de quem é parado e registrado. O CESEC/ UCAM tem feito parcerias específicas com o CEAP e a CRIOLA para desenvolver projetos específicos neste campo.

Articulação da agenda de Durban com as demais agendas internacionais

É necessário articular a agenda do combate ao racismo com os temas em discussão em outras esferas de discussão internacionais, tais como o debate sobre comércio, integração regional, Mercosul, OMC, desenvolvimento entre outras.

² Já como uma primeira atividade concreta realizada como desdobramento deste diálogo, o Seminário Mídia e Racismo ocorreu no dia 21/08/2001, no auditório da UCAM, contando com a realização de 4 mesas redondas e a participação de centenas de pessoas, principalmente estudantes universitários.

Uma maior compreensão das premissas com que atua o BM, por exemplo, pode nos ajudar a definir melhor estas agendas. Na agenda dos bancos está a questão da integração dos mercados, a fim de que haja expansão dos mercados. Nesta lógica a ação afirmativa é aceita como forma de expandir o número de consumidores.

Observou-se que, em alguns casos, os temas clássicos são retomados em outras arenas. Isto ocorreu no debate sobre meio ambiente; e certamente estará presente na conferência sobre financiamento para o desenvolvimento. É importante, portanto, estar atento para o fato de que eventualmente os resultados da conferência podem ser transformados e interferir nestas outras esferas de debate. Um exemplo é o caso do debate sobre TRIPS em relação ao direito de propriedade intelectual no que diz respeito aos medicamentos para HIV/AIDS.

Estratégia para eleições presidenciais

Destacou-se a necessidade de desenvolver uma estratégia para as eleições presidenciais, embora ainda não se tenha claro que mecanismos institucionais iremos adotar.

Articulação com movimento de favelas

Alguns participantes observaram que, quando se conhece o movimento popular de favelas, percebe-se que há uma raiva por parte das lideranças de favela em relação às ONGs. Isto leva a uma preocupação com o pós-Durban. As experiências internacionais são importantes, mas tendem a ser autofágicas. Não produzem consequências práticas imediatas, mesmo no campo das ONGs. O que seremos capazes de construir a partir daí?

As questões colocadas por esta conferência facilmente se resolvem no plano teórico apenas, sem se efetivarem. Por exemplo, no Rio temos a questão da segurança muito clara, como coisa de favelado, de traficante. É importante parar com isso. Nada justifica. Qual é o foco central? Por onde atacar? E vamos descobrir que no fundamento está a discriminação. A favela é um ícone deste debate. Não dá para separar a questão da favela e a questão racial. O desafio é pensar o que vamos conseguir efetivar.

Os militantes de favela em muito se ressentem do movimento negro. Parte do movimento negro é de classe média, mas muito outros são de favela. Diante disso, como construir um discurso que se contraponha ao senso comum, e demonstre que a favela é atualização da senzala?